

LIVROS E REVISTAS

1. ANALISE

JACQUELINE BEAUJEU-GARNIER.
Géographie de la Population.
Col. "Géographie Economique et
Sociale". Éditions M. Th. Génin.
Librairie de Médecis. Paris, 1956-
-1958. 2 tomos: 435 e 574 págs.

Esta alentada obra é indiscutivelmente um trabalho sério, que se insere, preenchendo sensível lacuna, no conjunto de publicações de caráter interdisciplinar que, pouco a pouco, vêm aparecendo com maior frequência no âmbito das ciências sociais, onde tal modo de encarar os problemas sócio-culturais é indispensável e fecundo, dada a própria natureza dessas questões.

Com efeito, os aspectos relativos ao homem, como cerne e objeto fundamental de tôdas as ciências sociais, não podem ser dissociados senão para uma análise didática e metodológica, segundo os campos e métodos próprios a cada disciplina, mas se interrelacionam e se interpenetram de tal forma que seria vão tentar isolá-las cada qual em sua torre de marfim, uma vez que somente em seu conjunto podem

iluminar adequadamente o objeto tão complexo de seus respectivos interesses.

No caso presente, estas considerações genéricas são vividamente demonstradas na obra da autora, que é professora da Faculdade de Letras de Lille. Embora o estudo das populações seja o objeto específico da demografia, é óbvio que as relações desta ciência com a geografia, a qual lhe fornece os elementos básicos relativos à existência e distribuição das mesmas no ecúmeno, são fundamentais, como também o são as suas ligações com a história, que as situa ao longo da dimensão temporal. JACQUELINE BEAUJEU-GARNIER, examinando, em sua valiosa contribuição, os fatos demográficos sob o ângulo da geografia e procurando interrelacioná-los, aqui e ali, com outros aspectos sócio-culturais — históricos, antropológicos, econômicos, de medicina social, religiosos etc. — coligiu, com clareza e concatenação lógica, uma quantidade de dados e elementos informativos esparsos num único trabalho de fôlego, cuja utilidade é evidente e

que a nosso ver constitui meritório acréscimo à literatura sistemática relativamente pequena sobre as populações geograficamente consideradas em conjunto, como justamente salienta PIERRE GEORGE, na sua *Introduction à l'étude géographique de la population du monde*. O fato de, como BEAUJEU-GARNIER frisa (I, 13), ser o seu trabalho fruto de critérios diversos dos indicados por TREWARTHA no seu "A case for Population Geography" in *Annals of the Association of American Geographers*, II (1953), págs. 88 ss, não tem importância; pelo contrário, a variedade de pontos de vista neste particular só pode ser proveitosa.

Descrivendo brevemente a *Géographie de la Population*, vemos que a autora consagrou a primeira parte do tomo I a três capítulos genéricos sobre uma geografia da população, o exame dos dados estatísticos e suas insuficiências e, finalmente, o homem na superfície do globo, no qual focaliza diversos aspectos relativos à densidade e índice econômico, o homem e o espaço, as reações biológicas e psicológicas do ser humano e os grandes setores da humanidade. Esta introdução ocupa cerca de 10 % do tomo I; os restantes 90 % são dedicados à segunda parte, na qual são examinadas a "Europa Ocidental e Meridional" em 4 capítulos (Revolução Demográfica na Europa Ocidental, Formação das densidades européias, População européia em meados do século XX e Mal-estar europeu), seguindo-se "Os prolongamentos brancos da Europa" em 3 capítulos respectivamente sobre os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Nova-Ze-

lândia, para concluir com "A América Latina", cujos problemas são analisados em 3 capítulos sobre Raças e Povos, Repartição e deslocamento da população e Desenvolvimento demográfico atual.

No tomo II, passa-se revista à "África", em uma breve introdução geral e 6 capítulos sobre O mundo africano, A África, Continente pouco povoado, África do Norte, África Tropical, União Sul-Africana, Madagascar e ilhas vizinhas e uma conclusão intitulada África e Europa. Seguem-se, depois de curta introdução sobre o Oriente Médio, 3 capítulos sobre: O Oriente Médio encruzilhada de Continentes, o Oriente-Médio espaço subdesenvolvido e A experiência israelense. Passa-se à "Ásia das Monções", cujos temas, depois de uma seção sobre Generalidades, se desenvolvem em 6 capítulos, a saber: Japão, Formosa e Coreia, Filipinas, Insulândia, Península Indochinesa e Índias. Vem a seguir o estudo dos "Países Socialistas", compreendendo Generalidades e 3 capítulos referentes à URSS, às Democracias populares e à China. Termina o tomo II com uma Conclusão Geral de 9 páginas sobre a população do mundo.

A obra é de excelente feitura, abundantemente ilustrada com cartogramas e gráficos no texto e fora do texto, e 42 estampas em papel *couché*. Dispõe de um índice de autores citados e de um índice remissivo, adequados, além dos índices habituais das matérias, figuras e estampas. O estilo é lícido e agradável. Existem notas de pé de página, geralmente contendo indicações bibliográficas; falta, porém, uma bibliografia sistemática.

Esses, os aspectos gerais. Passemos, brevemente, à análise crítica sumária, em especial do tomo I, que mais diretamente nos interessa e para não alongar em demasia esta apreciação.

Na primeira parte, podemos fazer alguns reparos. Presumimos que a autora seja geógrafa, pelo que não é de estranhar certo desconhecimento de questões antropológicas. Assim, quando à pág. 45 diz que o sistema piloso humano cresce para proteger os indivíduos das variações de temperatura, e à pág. 49 refere que os narizes largos se encontram nos climas úmidos e quentes, está equivocada na primeira afirmativa — o tronco mongólico, como foi mostrado por COON, GARN e BIRDSSELL em 1950, no seu *Races*, é o melhor adaptado ao frio e é o menos piloso dos troncos humanos — e generaliza demasiado no segundo, pois a correlação proposta, embora existente, apresenta discrepâncias em várias regiões (cf. HOOTON, *Up From the Ape*, 1946, pág. 514). Ainda, quanto à medicina, refere-se a autora à “proteção eficaz contra os miasmas das planícies” à pág. 47, o que não precisamos comentar, e, à pág. 367, parece, no segundo parágrafo, dar uma teoria estranha sobre o aparecimento da anemia tropical. Voltando à geografia, a autora é partidária da teoria de HUNTINGTON quanto à influência decisiva dos climas sobre o homem e os malefícios do clima tropical úmido, o que ressuma em várias páginas ao longo do tomo I (50, 367, *passim*), embora, modernamente, essa teoria tenha encontrado pela frente opositores do maior valor, inclusive em trabalhos experimentais

como os de DILL, EDWARDS e outros desde 1921, e a maioria dos geógrafos, notadamente holandeses do Congresso Internacional de Geografia de Amsterdam em 1938 (cf. *Comptes Rendus*, vol. 2, sec. III-c), além das decididas tomadas de posição de observadores eminentes, desde os antigos MANSON, GORGAS, SAMBON e GUITERES, até AFRÂNIO PEIXOTO, JOSÉ DE OLIVEIRA BOLÉO, PIERRE MONBEIG, SAMPAIO FERRAZ, CELSO CALDAS e PIMENTEL GOMES (cf. A. H. NEIVA, *Seminário de Geografia*, 23-3-1959, I.B.G.E., ainda inédito).

Isto, aliás, é fenômeno muito freqüente entre os europeus. A autora é um lidimo representante da tendência perfeitamente humana, porém perigosa em ciência, especialmente em ciências sociais, da superioridade do próprio grupo — a atitude, mais matizada embora, dos antigos gregos para quem todos os não-helenos eram bárbaros. Os exemplos são freqüentes ao longo do tomo I, às vezes explícitos, como, por exemplo, à pág. 348, quando considera o indígena americano adulto como inerte, e à pág. 349, quando escreve que “a Argentina, o Estado mais branco da América do Sul, esteja à frente dos progressos da industrialização”..., ou implícitos, por exemplo, na simpatia evidente que manifesta pelos seus compatriotas franceses na obra que estes realizaram no Canadá (págs. 284-289, 297-299, *passim*), e no modo como apresenta o fenômeno norte-americano, que julga à moda europeia e, apesar do grande esforço que faz, não consegue compreender, como confessa às págs. 239-240: “*Là-bas tout est neuf, apparaît inépuisable*,

donne lieu à une exploitation sans merci: l'épargne n'est pas la règle, mais le rendement. Et devant cet espace sans limites, ces ressources sans mesures, cette exploitation sans nuances, l'Européen reste confondu". Esta atitude subjetiva fá-la preferir ver os E.E.U.U. através da visão de outros europeus, como, por exemplo, ANDRÉ SIEGFRIED no seu *Tableau des Etats-Unis d'au-jourd'hui*, que vem citada seis vezes, não se referindo à plêiade de estudiosos estadunidenses nas matérias que aborda, tais como DUNCAN, SPENGLER, DUBLIN, LOTKA, LORIMER, que nunca aparecem, ou surgem parcamente, quase por acaso, como KIRK, HAUSER e IRENE TAEUBER, que são citados uma só vez cada qual...

Entre as revistas especializadas, são preferidas as européias, o que é natural; mas não se explica ignorar totalmente os *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, que constantemente se referem a problemas demográficos, consagrando-lhes volumes inteiros, como, por exemplo, o 237, de janeiro de 1945 ("World Population in Transition") e numerosos artigos nos vols. 249, 298, 305, 314 e 316, para não ir além de março de 1958. São, entretanto, corretamente referidos os Congressos Internacionais de População desde 1937 até 1954.

Esta fraqueza de documentação recente sobre certas matérias é sensível, embora, conscienciosamente, a autora procure utilizar os dados censitários e de demografia estatística mais recentes. Ao fazer, porém, a análise das previsões estatísticas, parece haver-se excedido

na avaliação, bastante subjetiva, do valor de nossas estatísticas oficiais, que são julgadas assaz duramente em confronto com algumas de outros países.

Nota-se, enfim, certo atraso em alguns informes, como por exemplo a ausência de qualquer referência ao papel do C.I.M.E. na imigração para a Austrália, que se acentuou muito a partir de 1954, e alguns deslises sérios em matéria de cronologia, entre outros o da pág. 73 do tomo I, ao aludir às "célebres teorias de MALTHUS por volta de 1776", quando foram publicadas pela primeira vez em 1798, e à pág. 374, ao dizer que a expansão até o Rio Grande do Sul se realizou depois de 1777, quando, mesmo sem considerar as bandeiras da primeira metade do século XVII nas Missões, sabemos que Curitiba se ligava à Viamão desde 1730 e Porto Alegre estava povoado de casais açorianos desde 1737. Também merecem reparos as estimativas de população dos brancos na América Latina, à pág. 350, que não correspondem à realidade segundo as melhores fontes (ROSENBLAT, por exemplo, que não vem citado, e os documentos primários conhecidos). Mas isso, no fim de contas, são nugas; de modo geral, o livro é bom, especialmente no desenvolvimento de vasta matéria e apresentação e análise metódica de grande cópia de dados fidedignos e merece ser lido — desde que algumas afirmativas sejam tomadas *cum grano salis*... — Artur Hehl Neiva.

NELSON WERNECK SODRÉ. *Introdução à Revolução Brasileira*.

Livraria José Olympio Editôra.
Rio de Janeiro, 1959. 257 págs.

O autor resume suas conclusões políticas na seguinte afirmação: ... "O movimento de 11 de novembro de 1955 demonstrava que tínhamos dado o primeiro passo para a formação do Exército Nacional".

O Sr. NELSON WERNECK SODRÉ já exprime uma tradição literária. Não nasceu no D.I.P. confuso, maliciosamente eclético; ou seja: no I.S.E.B., centro de preparação de inquilinos das idéias. É anterior a esse grêmio político; mas integra-o, e como elemento dinâmico. De qualquer forma, é ensaísta realizado no plano da interpretação social do Brasil-Nação e do Brasil-Estado. Vem a ser, portanto, a própria natureza da sua especulação, consolidada por um espírito de perquirição e de crítica, não só de instituições e de grupos, como de princípios e métodos, o motivo essencial por que não vacilo em deplorar-lhe o último livro: *Introdução à Revolução Brasileira*. Deplorar é o verbo justo: as novas páginas do coronel quebraram a cadência da sua marcha de escritor político. Esse escritor, agora, é apenas partidário. Não mais.

Certamente, já havia em seus trabalhos anteriores um *tonus* mais ou menos polêmico; mas o teor de efervescência desse polemismo acabava reduzido ou compensado pelo próprio equilíbrio ideológico, que mais se acentuava por uma atitude cerebral na conclusão.

Ora, tudo isso, só por si, explicaria que se manifestasse, nos seus escritos, antes um estado de opinião que de tensão doutrinária. Já

hoje, sucede o oposto. Se a gíria não maculasse a palavra, valeria dizer que o Sr. WERNECK SODRÉ deixou de ser um estudioso "enxuto", exatamente porque há muito de enxundia na sua parcialidade. O passado (recente) não lhe permitiria aderir à sociologia de ocasião, que tenho denominado *via Catete*, embora esse itinerário não vá dar, necessariamente, nos caminhos do chefe *de direito*; valho-me da imagem para caracterizar uma atitude ou um propósito de conquista do núcleo dirigente, ainda que pelo processo, politicamente mais cômodo e intelectualmente mais afanoso, de assunção indireta ou de tomada lateral. Mas não se poderá negar ao autor o intuito de revestir ideologicamente o núcleo, dar-lhe certa força de afirmação ou um esmalte filosófico. Noutros termos: todo o problema do Sr. NELSON WERNECK é forrar de idéias o governo. Mas o arranjo desse forro doutrinário, espécie de aquecimento ideológico de um grupo originariamente débil e exposto a correntes, tem a virtude perigosa ou a vantagem bigúmea de provar demais, deixando fora de dúvida que se processa um esforço árduo para dar *poder* ao "governo", moral à fábula, conteúdo ao vácuo. Nada mais grave — precisamente porque esse esforço de aquecimento ideológico, no sentido de *caracterizar* o poder *jurídico*, confirma a necessidade de atenuar o dolo militar originário e, sobretudo, os efeitos políticos da sua sobrevivência. Insisto: o empenho do autor prova demais, fazendo da sua própria tese um excelente material de denúncia. A mim me coube articulá-la nesta SÍNTESE.

Claro que sem empáfia, nem o ridículo de qualquer atitude de auto-suficiência, nem a impressão de que o Brasil estava à espera das minhas reflexões; mas, seguramente, com a necessária firmeza e coerência, menos de ordem intelectual do que moral. Sim: é de denúncia que se trata; denúncia de interesse educativo — porque a verdade é que o livro se torna mais condenável pelo objetivo político *imediato* com que foi dado a lume do que propriamente pela natureza e o regime da especulação filosófico-social. Não me interessa a crítica *formal* do erudito ensaio. Não me interessa a análise clássica das contravérsias, das contradições e da apresentação ou distribuição das idéias capitais, dentro de um esquema específico, e conforme uma determinada técnica expositiva. Também não me preocupa agora, como é comum em ocasiões análogas, a discussão *erudita* de categorias conceituais, mediante a *exegese*, ainda que *funcional*, da “lição dos autores”... (!) Muito menos me interessam os pormenores da elaboração ou construção literária. Esse estilo bizantino de crítica, que, no caso, redundaria num procedimento ingênuo, não só não se ajustaria à mais leve exigência de realismo, como seria até provocação e acinte ou desatenção, pelo menos, ao objetivismo exemplar do coronel... O livro é político (partidário), como tal veio a lume e como tal deve e precisa ser visto. Fora daí será cair na crítica intelectualista, a contrastar com a malícia fundamental ou o sentido imediatista da obra...

Considere-se, desde logo, a trajetória do pensamento do autor

(ou melhor, o rumo da sua intenção) e observe-se a sua atitude na parte final do ensaio, para que se possa avaliar a queda brusca de comportamento — inclusive de comportamento político — no trecho mais excitantemente conclusivo¹. Nisso, nesse desnível, nessa descida é que está o ponto.

Quem começa a ler o ensaio encontra uma promessa de seriedade, de critério, de método. Tudo dentro de um “standard” marxista, mas, em qualquer hipótese, tudo correto no ponto de vista da atitude do autor frente à sociologia, tomada essa correção em termos de equilíbrio ideativo, de harmonia no plano de análise ou mesmo de austeridade no jôgo do argumento. Como diria, talvez, o próprio coronel, o percurso das idéias obedeceu a um regime de escalas pontuais nas unidades previstas: em classes sociais no Brasil (evolução da sociedade); na formação da economia nacional (evolução econômica); na elaboração da cultura nacional (evolução da cultura); na formação do exército nacional (evolução militar) e, finalmente, na evolução racial (a miscigenação e a sociedade).

Tôdas essas unidades são *atacadas* em consonância com a advertência de abertura — advertência, aliás, muito lisa, por isso mesmo que mostra claramente a posição do autor, no relativo ao conceito de *revolução brasileira*. Diante da

¹ Excluo da parte conclusiva os capítulos sobre raça, miscigenação, JOSÉ DE ALENCAR, MACHADO DE ASSIS, etc., por me parecerem um adendo ou espécie de material de leitura suplementar, mais ou menos dispensável, embora explorado com brilho.

complexa "categoria" o escritor, sempre claro, revela antes uma *ulêia de finalidade* (e finalidade *imediate*) do que, a rigor, uma posição filosófica. Por outras palavras: o autor é político, mas não será um *operário* da sua própria idéia, porém um revolucionário da própria revolução. Observado a essa luz, a previsão a formular é de que será sempre uma alma em elaboração, uma inteligência rebelada, um erudito inquieto, contido (dentro da relatividade das coisas) pela cultura intelectual e especificamente literária, tanto quanto, apesar de tudo, pelas forças de controle profissional.

Seja como seja, o fato é que a *Introdução à Revolução Brasileira* é trabalho cujo talhe metodológico pode e deve sofrer restrições no que exprime como processo de crítica unilateral — intrinsecamente unilateral. O livro, não há dúvida, é a *introdução de um marxista à revisão do Brasil*, mas, ao fim de contas, valioso como criação intelectual, como esforço de interpretação sociológica, senão ainda como afirmação de constância e, mais que isso, de sinceridade na urdida do pensamento-chave ou no amanho do argumento cardeal (perdôe-me o autor esta última palavra). Em contrapartida, todo aquele mérito que decorre da existência de um critério (marxista, mas critério); tôda aquela decisão de análise, relativamente a traços, tipos e etapas da nossa formação política e econômica; tôda aquela busca dos fundamentos endógenos da nossa cultura (por método polêmico, porém realmente útil e freqüentemente brilhante) afinal se esboroam e se perdem, esfacelan-

do-se ao impacto de uma afirmação do homem de partido, *não inscrito*. Esta: "... O movimento de 11 de novembro de 1955 demonstrava que tínhamos dado o primeiro passo para a formação do Exército Nacional".

Pelo aprêço que me infunde a inteligência trabalhada do Sr. NELSON WERNECK, prefiro ver na sua tirada de sociologia *partidária* como que um acidente conceitual. Imagino, então, o seguinte: o escritor vinha fazendo o seu livro sob a preocupação de estudar fatos e instituições ou inventariar situações sociais *nossas*. E vinha vindo. Como homem de estudo. Como homem de pensamento. Como um WERNECK. Inesperadamente, eclode o golpe de 11 de novembro. Ei-lo, já agora, como homem de partido, *não inscrito*, a ajustar, a embutir o seu esforço no fato da hora, sob a pressão, não do editor, mas do próprio fato, engatando as conclusões no acontecimento da manhã chuvosa, para dar-nos, enfim, um exemplo típico de *enquadramento político*... Daí a queda do livro, a tal ponto e num tal sentido que produziu aquela lesão final e fatal do pensamento do autor: a tese que atribui ao 11 de novembro um ponto de partida para a formação do Exército Nacional. A incontinência do escritor faz pensar no deslize do cavalheiro que não consegue dosar, na festa, a ingestão do líquido traiçoeiro e inopinadamente estruge em calão, no meio da sala, sob a perplexidade dos circunstantes contrafeitos e das senhoras em retirada... De fato, o impropério final sobre o golpe é nódoa que dará trabalho — um

borrão afanoso: custará a sair da sua obra de ensaísta. Se sair.

Há de reconhecer o Sr. NELSON SODRÉ, por ser homem de bem e coronel do Exército, que o golpe de novembro não obedeceu a qualquer sistema de idéias. O próprio brado — “Retorno aos quadros constitucionais vigentes” — brado que não contou com o apoio dos ginásios brasileiros — longe de negar, ratifica a tese. Na famosa construção verbal, houve muito de sinceridade. Foi o resumo de uma confissão: a de que a meta era restabelecer ou recompor os *quadros vigentes*... ao tempo de VARGAS. Só assim será possível compreender aquêlo pitoresco de retroagir ao atual, de recuar ao presente... O Retorno buscou e conseguiu reintegrar no governo, senão os homens, pelo menos homens-chave da situação vencida em agosto de 54. Tal foi o designio imediato do golpe — viu-se logo pelos decretos de nomeação e a distribuição dos papéis. Nem de outra forma se poderia entender — ou mesmo perdoar — a presença do adjetivo “constitucionais”, sucedendo ao substantivo “quadros”. Acaso seriam “inconstitucionais” os quadros vigentes ao tempo do Sr. CARLOS LUZ e do Sr. CAFÉ FILHO? Volto a dizer: o brado foi sincero; tão sincero que, pregando uma simples mudança ou um mero retorno de pessoas, definiu lealmente o movimento. Não o inspirou, em verdade, qualquer espírito de reforma em profundidade; não o informou qualquer princípio ou propósito de reorganização nacional.

Quanto à causa imediata da rebelião, tudo veio da não “devolu-

ção” de um coronel (o Cel. JURANDIR MAMEDE) à jurisdição do general-ministro (o atual candidato do P.S.D. e do P.T.B.), convindo recordar que essa não devolução se agravou em seus efeitos psicológicos, por força do “compasso de espera” a que o Presidente da República submetera, em sua ante-sala, o próprio Ministro da Guerra. O tardio da audiência foi o decisivo na reação. Cientes, por telefone, de que o general esperava, havia mais de uma hora, pela audiência do Presidente, chefes militares principiaram a mover-se, articulando-se rapidamente, sob a motivação incoibível de uma irritação acrescida. E estenderam-se, pelas ruas da cidade, o argumento armado, a tese de aço, a lógica motorizada. Esta, apenas esta, não mais que esta — sabe o coronel e sabem os seus colegas — a outra e última inspiração do 11 de novembro. A “salvação” da democracia nativa, em termos de posse aos eleitos, e a da pátria, em termos de nacionalismo econômico, vieram depois, maliciosamente depois, com as singularidades daquele esforço justificatório ou daquele precário “verniz coonestativo”, de que falaria RUI BARBOSA. Pois foi na cauda de todos os pretextos que o comunismo tapuia montou a sua propaganda, caprichando, como nunca, em suas racionalizações. A última delas tem duzentas e cinquenta e sete páginas; ou melhor: rebenta na página 224, com a pasmosa afirmação que transcrevi. E recebeu um batismo também sincero: *Introdução à Revolução Brasileira*. Mas um espírito rigorista — ou meramente ingênuo — reclamaria ainda maior sinceridade,

para que no próprio título se elucidasse quanto à espécie ou natureza da revolução... Seria preciso? Não seria supérfluo?... Claro — porque o livro, repito, tem a incisão de uma denúncia; prova demais. E o que prova de pior é que o escritor NELSON WERNECK SODRÉ aderiu à sociologia de ocasião, de partido, de grupo, de golpe.

Aqui lhe deixo, sincera, a expressão do meu pesar, tanto mais quanto, no triste caso, o estranho engajamento o impeliu a urdir um conceito que fere todos os níveis da conduta científica. Mais que isso: formulando-o, atira sobre gerações sucessivas, sobre sua classe, sobre seus companheiros, sobre seus paradigmas e patronos — a começar por LIMA E SILVA — a nota injuriosa de formação antinacional. Que terão pensado de tudo isto os próprios chefes vitoriosos na madrugada de 11 de novembro — com o atual ministro da Guerra à frente — e atingidos, todos, pela dura injustiça? Terão aceito a increpação de que foi também seu passado militar contrário aos interesses da nação brasileira? que só em 1955 se houvessem redimido dos seus pecados contra a Pátria?... que só então se hajam reconciliado com o Brasil, livrando-se da acusação de o terem desservido, servindo num exército *desnacionalizado*, que tanto tardou em “libertá-lo”?... Não há mistério: o atraso da “libertação” — e, portanto, a convivência do Exército — já o autor havia “explicado” à pág. 218, ao escrever num tom de quem responsabiliza: “Ora, se a força militar por excelência marchasse para o campo daquela alian-

ça (Aliança Nacional Libertadora) a sorte dos latifundiários e do grupo mercantil ligados ao imperialismo estaria selada”.

Eis aí. Ainda por tudo isso, sou condenado à monotonia da repetição: o livro prova demais... — Marcos Almir Madeira.

GILBERTO FREYRE. *Problemas Brasileiros de Antropologia*. 2.^a Edição. Livraria José Olímpio Editôra. Rio de Janeiro, 1959. 324 págs.

Aos nove capítulos que formavam a primeira edição de *Problemas Brasileiros de Antropologia* acresceu GILBERTO FREYRE mais seis, que totalizam os quinze desta segunda edição. Um prefácio do Professor GONÇALVES FERNANDES, prefácio do autor à primeira edição, uma introdução também do autor à segunda edição, um índice onomástico e numerosas ilustrações completam o volume, agora publicado, e que integra as “Obras Reunidas de GILBERTO FREYRE”, em publicação pela Livraria José Olímpio Editôra.

Professor sem cátedra, sempre fugindo do ensino como rotina, mas aceitando o ensinar quase como uma aventura — a de colocar-se em contato com estudantes e transmitir-lhes conhecimentos sobre diferentes temas —, neste volume reúne o autor algumas das aulas proferidas na antiga Universidade do Distrito Federal, em 1935. Pelo menos, os quatro primeiros capítulos são conferências ou aulas dadas nessa ocasião.

Foi em torno dessas aulas e de outras — as de Sociologia, por exemplo, na mesma Universidade — que se formaram algumas orien-

tações em moços de então, alguns hoje também mestres no campo das Ciências Sociais; o que sucedeu igualmente em relação a conferências e cursos realizados no Recife, em diferentes momentos. Um deles, curso de Sociologia iniciado na Faculdade de Direito do Recife e interrompido com a vinda de GILBERTO FREYRE para a Universidade do Distrito Federal em 1935. Daí os muitos discípulos que hoje apresenta o autor; discípulos, não raro, que assim se consideram — como assinala o Professor GONÇALVES FERNANDES — pelo muito que lhe devem, culturalmente, de sua formação, e menos por terem lhe ouvido aulas sistemática e rotineiramente em cursos regulares.

Não me furto de colocar-me entre tais alunos: os que lhe ouviram conferências e cursos no Recife; e que, além disso, se conta entre os que, em torno de velha mesa da Biblioteca Pública da rua do Imperador, fazíamos pesquisas ou leituras sob sua orientação, guiados pelos seus ensinamentos, com as perspectivas que abriam seus esclarecimentos ou suas explicações. Foi essa orientação que facilitou, como já o confessei uma vez, ao bisonho estudante penetrar no campo mais fecundo das ciências sociais. E é o antigo discípulo, que lhe deve, aliás, generoso prefácio à sua obra inicial de estudioso e de pesquisador, que ainda hoje se coloca diante dos *Problemas Brasileiros de Antropologia* para estes comentários.

Dos quinze estudos que formam este livro, quatro são aulas ou conferências na antiga U.D.F.; quatro são conferências pronunciadas em diversas oportunidades; dois, tra-

balhos sem indicação de sua origem; quatro, trabalhos diversos; e um prefácio. Da heterogeneidade na origem desse material não se deduza, no entanto, carência de relativa unidade: a do pensamento do autor, a das idéias expostas. Variando embora a incidência desse pensamento ou dessas idéias, sente-se haver nos diferentes assuntos tratados a presença de uma só orientação, tanto metodológica como, de modo geral, científica.

As quatro aulas — “A propósito de algumas tendências atuais da Antropologia”, “Antropologia social e Antropologia cultural”, “Áreas de cultura e outras áreas” e “Complexidade da Antropologia e complexidade do Brasil como problema antropológico” — um exigente pedagogo não as reconheceria absolutamente como tais; decerto exigiria maior rigorismo terminológico, menos “ou” e “talvez” para maior segurança das afirmativas. Uma dessas exigências seria clarear melhor o conceito de Antropologia Cultural e (ou) Social; aqui fala GILBERTO FREYRE em Antropologia Social ou Cultural (págs. 3, 28), ali em Antropologia Social e Cultural (págs. 4, 24); e também afirma que “há distinção a fazer-se entre *social* e *cultural*”, embora se diga “às véses Antropologia Social ou Antropologia Cultural indistintamente” (página 10). Esta indistinção terminológica, contudo, não tira a essas páginas o valor didático que possuem; e que se traduz, em particular, na clareza da exposição, nas idéias discutidas, nas teses sugeridas.

O que se alonga aos outros estudos que completam este volume; versando diferentes temas, uns

sôbre problemas de arquitetura, outros sôbre tipos humanos ou sôbre relações de raça, alguns de natureza médico-social, — êstes estudos nos oferecem idéias e sugestões cujo grande mérito não está só na originalidade, quase sempre, do tratamento dado, se não também nas sugestões formuladas, em particular abrindo caminhos que podem ser mais largamente percorridos.

O que há, sem dúvida, de maior interesse nos diferentes capítulos que compõem *Problemas Brasileiros de Antropologia* é o caráter, vamos chamar, embora não propriamente, aplicado dêsses estudos; quero dizer: os aspectos do Brasil ou de brasileiros aí estudados. Do Brasil, por exemplo, quando o autor o estuda como problema antropológico, ou quando se refere à política cultural do Brasil na América, ou ainda quando examina temas como o da reforma do ensino, da situação cultural do Brasil como continente ou ilha e de aspectos médico-sociais; e de brasileiros, quando se refere aos paulistas, ao sobrado do Rio Grande do Sul ou aos baianos que se fixaram na África. Ou, de modo geral, quando, a propósito do estudo do Professor RENÉ RIBEIRO sôbre problemas de relações de raça, trata dêsse tema, sempre oportuno e de interesse para os estudiosos nacionais.

Em tão diferentes capítulos que, por vêzes, dão a idéia de heterogeneidade do conjunto, espalham-se princípios e pensamentos, dentro dos quais não seria difícil encontrar adequada homogeneidade. A estes *Problemas Brasileiros de Antropologia* poderia aplicar-se o

que GILBERTO FREYRE tanto refere em relação ao Brasil: o conceito de diversidade dentro da unidade. Pois não é outra coisa que se sente na leitura das pouco mais de 300 páginas do volume: a vivacidade, a variedade, a diversidade de temas unidos por um elemento comum, por uma unidade de idéias. O que dá justamente, sem dúvida, maior interesse a êste livro de GILBERTO FREYRE.

É claro que não são poucas as sugestões ou idéias que desperta sua leitura. E isto, ao que me parece, pelo fato natural de tratar-se de obra que focaliza diferentes problemas e aspectos brasileiros do ponto-de-vista da Antropologia; ou colocados sob o ângulo em que a técnica antropológica os situa. A esta Antropologia ou a esta técnica antropológica ainda não estamos bem acostumados. O que decorre, em grande parte, de serem poucos, no campo de nossa bibliografia, estudos dêsse gênero, em que se focalizam antropológicamente problemas nacionais.

Acrescente-se a isto um outro fato, que me parece, tanto quanto posso considerar, de grande importância na obra de GILBERTO FREYRE: a sua maneira de escrever. Creio ser justamente o seu estilo menos científico que literário, o bom gosto de sua frase, fator decisivo na aceitação de seus livros. Ou, em particular, de estudos como os que se encontram em *Problemas Brasileiros de Antropologia*. Tratando temas sérios, focalizando problemas científicos, especulando princípios de alto nível, GILBERTO FREYRE utiliza a sua maneira peculiar de dizer. O que eu chamo — como me referi, certa vez, em rela-

ção a *Casa Grande & Senzala* — a humanização da ciência, isto é, tratar a ciência, seja a Antropologia ou a Sociologia, humanamente, e não pesadamente, capaz de ser entendida e não inacessível aos não iniciados. E isto é — não há esconder — serviço que as nossas letras científicas devem a GILBERTO FREYRE desde *Casa Grande & Senzala*; ou mesmo, desde antes. — Manuel Diégues Junior.

GILBERTO FREYRE. *Integração Portuguesa nos Trópicos*. Junta de Investigações do Ultramar. Estudos de Ciências Políticas e Sociais — VI. Lisboa, 1958. 140 págs.

O subtítulo deste trabalho é suficiente para dar uma idéia do que se contém em suas páginas: "Notas em torno de uma possível lusotropicalologia que se especializasse no estudo sistemático do processo ecológico-social de integração de portugueses, descendentes de portugueses e continuadores de portugueses, em ambientes tropicais". É, pois, uma exposição dos pontos-de-vista pelos quais o autor sustenta o seu conceito de lusotropicalologia, ou lusotropicalismo, que, desde algum tempo — ou seja, exatamente, desde sua viagem às áreas portuguesas da África e da Ásia — vem defendendo; essa defesa, baseada tanto quanto possível no que viu e observou, capacitou o autor à formulação dos princípios de uma nova disciplina, onde se dão as mãos a Antropologia, a Sociologia, a História, a Geografia, no que poderíamos chamar literariamente um abraço ecológico, daí surgindo o conceito sugerido por GILBERTO FREYRE.

Tal conceito vem sendo enriquecido cada vez mais; e desse enriquecimento surge a ampliação do lusotropicalismo. E em algumas das páginas deste volume atual documenta GILBERTO FREYRE a defesa desse princípio: o da formação de uma disciplina em que, pela base ecológica, se possam estudar aqueles aspectos ou influências que tornam lusos ou iberos puros africanos e asiáticos, uns e outros sentindo os efeitos da presença do caráter, do espírito, do *ethos*, e não apenas da cultura portuguesa. Ou o que ele melhor explica neste seu estudo recente, hoje fundamental para esclarecimento do que é a lusotropicalologia: "A sensibilidade aos métodos, às técnicas e aos valores dos povos tropicais raramente faltou aos Portugueses e aos Espanhóis quando se espalharam por áreas quentes, não como transeuntes, mas em grande número — como residentes" (pág. 21).

O pensamento do autor, transcendendo da formulação teórica de uma disciplina à caracterização de um sentido político mais amplo, pode situar-se na sugestão de que as civilizações ibérico-tropicais — as portuguesas e as espanholas assim referidas no plural para caracterizar suas diferenciações regionais ou continentais: Europa, Ásia, África, América — possam articular-se num sistema transnacional de cultura, de política, de economia. É esta necessidade que GILBERTO FREYRE proclama; e é esta necessidade que ele acentua nas páginas deste ensaio em que dá corpo mais completo à sua idéia.

Mostra o autor, já agora particularizando o papel desempenhado pelo português nos meios tropicais,

que foi êste povo capaz de enriquecer sua experiência com êsses contatos; experiência, sobretudo, de saber adquirido nessas relações com gentes diferentes tanto na África como na Ásia ou na América. Tornou-se esta experiência capaz de criar uma civilização se não de todo comum, quase comum, em diferentes partes do mundo; e é justamente esta civilização, com suas diferentes peculiaridades, sem prejuízo de sua unidade, iniciada desde o século XV, que GILBERTO FREYRE caracteriza como lusotropical, “dado o seu caráter singularmente simbiótico de união de europeu com o trópico” (pág. 33).

Desenvolvendo o seu tema, acentua GILBERTO FREYRE quanto o português, como de modo geral o ibérico, enriqueceu sua experiência não apenas com os valores recebidos ao contato, no próprio Continente europeu, com diferentes povos, mas ainda pelas relações mantidas através das descobertas e navegações. E com tais contatos, de diferentes nuances, de diversificada condição, foi que se verificou uma superação da condição étnica pela cultural; o que caracteriza justamente a chamada civilização lusotropical. Quer esta dizer, numa tradução do seu sentido disciplinar, pela utilização das próprias palavras do autor: “uma cultura e uma ordem social comuns à qual concorrem, pela interpenetração e acomodando-se a umas tantas uniformidades de comportamento do Europeu e do descendente e do continuado do Europeu nos trópicos — uniformidades fixadas pela experiência ou pela experimentação lusitana — homens e grupos de

origens étnicas e de procedências culturais diversas” (pág. 37).

É desenvolvendo, sob diferentes ângulos, não só de análise como também de interpretação, os elementos que compõem êsse conceito de civilização lusotropical, que GILBERTO FREYRE estuda a *Integração Portuguesa nos Trópicos*. A arquitetura ou o vestuário, técnicas de trabalho ou alimentação, são aspectos dessa integração, que o autor examina, indicando algumas das características decorrentes das relações do português com os trópicos nesses diversos — e em mais outros — elementos culturais. Isto permite-nos ver como realmente o homem lusitano se integrou com os mais diferentes povos na Ásia ou na África, criando condições de adaptação ecológica, não raro ainda hoje mantidas. O que é, em grande parte, o segredo da permanência atual de Portugal em terras africanas ou asiáticas.

O que se nota, sem dúvida, é que essa integração se processa com raízes sólidas, que não se apeçaram apenas ao lado físico, mas se aprofundaram nas condições culturais; o que tornou possível poder falar-se hoje numa civilização lusotropical, que não é senão uma tradução ecológica, mais que social, do que já foi chamado cultura luso-cristã. Porque êste — o cristianismo — foi fator importante, importantíssimo, na integração do português na vida tropical. O que levou GILBERTO FREYRE a acentuar, com boas carradas de razão, a coincidência das manifestações culturais portuguesas com a catequese dos missionários; e ainda mais que isto, por êle mesmo ressaltado, não resta dúvida ter havido, da parte

do português, um caráter antes cristocêntrico que etnocêntrico na preparação da tarefa portuguesa no mundo tropical.

Em páginas seguintes dêste estudo outros ângulos da lusotropicologia são analisados por GILBERTO FREYRE. Trata, por exemplo, da necessidade de se estudar mais aprofundadamente, em suas particularidades, o processo da simbiose lusotropical (pág. 53). Ressalta a importância dêsse método simbiótico usado pelo português no trópico, e indica alguns dos aspectos pelos quais pode ser estudado. Outro ponto sugerido refere-se, em particular, à metodologia a ser utilizada tanto na lusotropicologia como na tropicologia em geral. É neste sentido que sugere partir de uma análise do gênero de realidade que se pretende investigar, baseado no conjunto espaço-tempo (pág. 62).

Muitas são as sugestões que êste livro nos oferece; fiquemos, entretanto, por aqui, não sem esquecer a mais importante, por certo, dentre elas: a de que se estudem as condições, as características, o sentido da lusotropicologia e a posição com que nela participa o Brasil. Creio que seria oportuno, em aditamento a essa sugestão, e como base de autenticação da lusotropicologia, um grupo de pesquisadores brasileiros e portugueses realizarem um estudo nas diferentes áreas de cultura portuguesa — na África, na Ásia, na América, na Europa, na Insulíndia; dêste modo seria possível um levantamento das constantes culturais portuguesas, de sua permanência e, sobretudo, de sua tropicalização, no sentido empregado por GILBERTO FREYRE,

neste livro, em trecho pouco atrás transcrito: o da página 37 de *Integração Portuguesa nos Trópicos*.

Dáí poderemos partir para uma série de interessantes interpretações capazes de nos esclarecerem, em seus termos devidos, o espírito não tanto de uma comunidade lusobrasileira, de sentido mais político que social, mas sobretudo de uma cultura lusotropical, de que participem, em que pesem suas peculiaridades regionais, o Brasil, áreas africanas, áreas asiáticas e a própria área européia, como uma unidade, ou seja, um mesmo sentido comum de vida. — M. D. J.

PEDRO CALDERON BELTRÃO. *Vers une Politique de Bien-Être Familial*. Roma-Louvain, 1957.

Com o tempo, firmou-se o conceito segundo o qual deve ser atribuída a responsabilidade pela atual pobreza proletária, em grande parte, à crise econômica da família. Considera-se, com efeito, que a debilidade de suas bases econômicas resulta do famigerado hiato orçamentário entre as duas curvas: 1) a dos rendimentos salariais, estacionários e independentes da existência e da extensão das necessidades familiares; e 2) a dos gastos com o sustento da família; êsses gastos aumentam em função do crescimento da sua composição, para cair apenas na proporção em que aparecem as rendas dos filhos adultos e economicamente ativos.

Eis, em última análise, simplificada propositadamente ao extremo, e reduzida a termos meramente econômicos, a patologia sócio-econômica da família, em nossos dias. Como é notório, foi diagnosticada,

pela primeira vez, em 1924, pela deputada trabalhista e escritora inglesa ELEANOR RATHBONE, precursora do reformismo beveridgeano.

O que daí resulta é a decomposição dos laços familiares, indissoluvelmente ligada à crise moral contemporânea, a evasão prematura do lar pelos filhos menores, e toda a série dos demais sintomas angustiantes da situação em que atualmente se encontra essa *célula-mater* da sociedade.

A devida interpretação dessas condições deu origem a uma das mais espetaculares "invenções sociais": a criação dos sistemas modernos de "abono familiar", que garante a compensação coletiva dos referidos encargos. As benéficas funções sociais desse interessante instituto — "descoberto" na Nova Zelândia em 1926, e ora em vigor em 35 países, embora inexplicavelmente desprovido de qualquer apoio da Organização Internacional do Trabalho — relegam, cada vez mais, a um lugar secundário as preocupações de ordem demográfica. Aliás, em face da presente explosão populacional, perde quase toda a sua razão de ser o fomento da natalidade, a que essa reforma estava subordinada de modo preponderante no seu período inicial; e diga-se de passagem, com rendimento demográfico, segundo famoso estudioso desse assunto, o Professor GLASS, muito problemático. Tal orientação continua invariável, fora de alguns países da Europa ocidental e meridional, apenas na legislação soviética.

Eis um aspecto isolado, mas particularmente relevante, da política social familiar de índole institucio-

nal, que inclui na sua órbita e inspira num ritmo crescente a Previdência Social, a Assistência Social, a Proteção ao Trabalho, a Tributação Pública, enfim, todos os setores de moderno intervencionismo público.

O que nos faltava, porém, era uma sistemática, cientificamente rigorosa, desse mais recente, porém extremamente complexo, ramo da intervenção social. É grato assinalar que esse claro acaba de ser preenchido pelo maior mestre brasileiro de doutrina político-social, Padre PEDRO CALDERON BELTRÃO, S. J., da Universidade Gregoriana. A grande obra do eminente professor, incontestavelmente um dos maiores subsídios para a literatura científica mundial, em matéria social, nas últimas décadas, não é apenas uma exposição, completa e aprofundada, desse conjunto de problemas. É, ao mesmo tempo, um poderoso desafio à nossa consciência. Com efeito, proclama a "liberdade familiar", como um dos princípios a serem internacionalmente consagrados, e cuja adoção deve levar à "transformação" integral da atual "estrutura econômica e social". O que empresta a este livro, porém, extraordinário valor é o sistema modelar da exposição, clara e lúcida, e acompanhada por uma abundante documentação, sempre aproveitada do modo mais acertado possível.

Pode ser que o programa das providências econômicas e sociais, subordinado a esse grandioso propósito, e preconizado pelo autor, não possa ser considerado como última palavra, e esteja sujeito a complementação e desenvolvimento. Que a análise da proteção eco-

nômica à família não abranja a análise dos antecedentes históricos do abono familiar, das caixas de compensação, ainda merecedoras da nossa cuidadosa atenção. Que a legislação comparada não corresponda plenamente à situação em 1959. E que, limitado, como está, ao estudo da situação nos países da Europa ocidental, o livro não lance muita luz sobre as peculiaridades que apresenta, nesse assunto, o "mundo subdesenvolvido".

Tudo isso, entretanto, não afeta o alto valor, científico, técnico e pragmático desse estudo, que precisa ser traduzido, quanto antes, para o português e incorporado ao patrimônio da literatura social nacional.

Seria oportuno que o autor fizesse incluir na versão brasileira de sua obra um capítulo destinado à análise do panorama brasileiro da família e à apreciação crítica dos modestos princípios da nossa legislação de proteção social e econômica à família.

São notórias várias características específicas do perfil demográfico da sociedade brasileira: discriminação em grupos etários, preponderância das classes "improdutivas" da base e do cume da pirâmide, coeficientes de natalidade e mortalidade, e vários outros elementos essenciais. Os processos de acelerada urbanização e industrialização atingiram a posição da família patriarcal, de tipo pós-colonial, afetando consideravelmente as suas tradicionais funções como unidade coesa de produção e consumo, capaz de assegurar, ao mesmo tempo, a compensação automática e espontânea dos encargos familiares. A crise da família brasileira

apresenta vários aspectos alarmantes que lhe são próprios. As fortes pressões populacionais levam às flagrantes consequências prejudiciais no mercado de trabalho ("desemprego inicial" dos jovens trabalhadores). No ciclo da economia inflacionária, a cobertura dos ônus familiares cria, com frequência — como o comprova a pesquisa dos orçamentos da camada proletária e da classe média —, dificuldades intransponíveis.

Ora, o balanço das realizações da nossa política familiar continua extremamente precário. Ao autor desta nota coube a elaboração, em 1943, dentro das normas da lei "sobre a organização e proteção da família", das soluções mantidas até 1959 sem qualquer alteração, no que diz respeito ao salário-família dos servidores públicos e ao abono às famílias numerosas, que beneficia os grupos economicamente débeis da coletividade. Esse último instituto, sobretudo, apresenta, infelizmente, graves defeitos que, com o tempo, se agravaram ainda mais. Não foi possível introduzir o salário mínimo familiar, em consonância com as normas da Carta Magna. A orientação da legislação previdenciária, tutelar, assistencial e fiscal, não está ainda inspirada, como seria de desejar, nas idéias preconizadas pelo Professor PEDRO CALDERON BELTRÃO, e esposadas, em boa hora, num dos recentes pronunciamentos da Conferência Nacional dos Bispos.

Nessas condições, o exame atento das condições objetivas do panorama nacional da família e a determinação das diretrizes da política familiar, a serem aplicadas em nosso meio, rigorosamente de

acôrdo com a doutrina do ilustre autor dêsse livro, apresentariam vantagens óbvias e evidentes. — *Estanislaw Fischlowitz.*

VAMIREH CHACON. *Cooperativismo e Comunitarismo*. Estudos Sociais e Políticos, 5.º. Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos. Rio de Janeiro, 1959.

Decorridos 115 anos da famosa obra dos "Eqüitativos Pioneiros de Rochdale", as possibilidades do cooperativismo já não oferecem a menor dúvida. Como demonstrou muito bem BUYS DE BARROS, "não resolve os grandes problemas diante do antagonismo existente entre capital e trabalho" e "nada tem a ver com a transformação social". Contudo, várias formas e modalidades do cooperativismo rural e urbano, operário e patronal, sobretudo as de consumo, de crédito, de vendas, de construção da habitação, etc., apresentam balanço extremamente fecundo e, de modo geral, altamente lisonjeiro. Se fôsse necessário comprová-lo, bastaria consultar a completa e atualizada documentação, divulgada, nesse particular, pela Organização Internacional do Trabalho.

Abrindo parêntese, não podemos deixar de apontar o lamentável subdesenvolvimento no Brasil das cooperativas de consumo, que, particularmente nas condições atuais de crítico abastecimento dos grandes centros urbanos, de inflação, de elevados coeficientes de rentabilidade do comércio retalhista e atacadista, etc., poderiam desempenhar um papel benéfico. Não satisfazem de todo os raciocínios comumente invocados e reproduzi-

dos também no livro *Cooperativismo e Comunitarismo*, para explicar a insatisfatória expansão, entre nós, dêsse instituto, capaz, ao que parece, de atenuar consideravelmente a aguda crise de consumo popular.

O ponto mais débil do cooperativismo, não somente no Brasil, mas em todo o mundo, reside, sem dúvida, em sua intervenção na produção propriamente dita. O progresso das cooperativas da produção esbarra em dificuldades de toda ordem que, com o tempo, tendem a aumentar.

Ora, é justamente a êsse setor, e ainda em sua forma muito mais elevada, que o Professor VAMIREH CHACON dedica a sua brilhante exposição, encarando, aliás, os problemas que focaliza muito mais sob o prisma sociológico e filosófico do que econômico, propriamente dito.

O pressuposto axiomático das considerações do autor é "a crise da propriedade privada", tornando-se, a seu ver, imperioso procurar "o melhor caminho" para a transformação social.

Desmascara, com muito acêrto, o estatismo soviético, demonstrando de modo convincente o impacto estatista que, na U.R.S.S., macula as realizações kolkhozistas, bem distantes, na realidade, do cooperativismo "puro".

O que o autor preconiza é o comunitarismo, cujo conceito define como "contrôle dos meios de produção" por aqueles que lidam mais diretamente com os mesmos, e que engloba a "propriedade una e indivisível" — propriedade socializada.

Em conformidade com aquela premissa doutrinária, o Professor VAMIREH CHACON formula restrições contra o cooperativismo ortodoxo da produção, pôsto que, em sua essência, não se afasta da propriedade individual. Entretanto, quais os exemplos práticos das comunidades de trabalho que nos apresenta, para corroborar a sua opinião favorável a essa fórmula organizacional?

Fora dos antecedentes históricos ou pré-históricos, dedica particular atenção aos famosos "Kibutzim" (= fazendas coletivas) israelenses, sem, todavia, comentar a maior e mais controvertida experiência: a recém-criada comuna da China comunista que abrange 120 milhões de antigas propriedades camponesas e 99 % da população rural! — quanto à agricultura; e, no que diz respeito à indústria, o "Movimento Comunità" italiano, devido à iniciativa de ADRIANO OLIVETTI, extensivo, aliás, simultaneamente, à economia da cidade e dos campos, algumas modestas realizações francesas ("Boimondau") e as fábricas cooperativistas suecas ("K. F."), alheias, ao que nos parece, ao comunitarismo, na sua interpretação consubstanciada no livro em foco.

Enfim, acrescenta algumas soluções alemãs de co-gestão operária, que, evidentemente, nada têm em comum com o comunitarismo, em sua noção acima exposta.

Essa inexpressiva lista basta, por si só, para demonstrar a inegável fraqueza do instituto em apreço, nas condições da economia adiantada dos nossos tempos.

Os lemas doutrinários do comunitarismo podem soar bem, mas seu acervo prático é quase nulo, a não

ser em alguns casos isolados em que pode contar com as forças motoras de idealismo religioso, nacionalista ou social, ou, a rigor, com apoio entusiástico de alguns empregadores socialmente avançados.

As crescentes exigências da tecnologia industrial moderna anulam tôdas as iniciativas nesse sentido, dentro do setor secundário. E o inextirpável individualismo dos rurícolas — responsável pelo malogro dos Kolkhoz em vários países de "democracia popular" — dificulta ou, até, impossibilita tal orientação da reforma agrária, mesmo se fizéssemos abstração dos elevadíssimos requisitos educacionais e culturais que a sua implantação incontestavelmente encerra.

Por conseguinte, o comunitarismo no sentido acima exposto está fadado a converter-se em mais uma inócua utopia social, ao lado da participação obrigatória nos lucros, do "crédito social" e de tantas outras doutrinas vagas, abstratas e inexequíveis que surgem sempre em épocas críticas de confusão generalizada, como a que atravessamos.

O próprio autor não parece, aliás, nutrir esperanças excessivas a respeito do futuro das realizações comunitárias. Admite que "não representam uma panacéia universal para todos os males", emprestando-lhe apenas o caráter de "uma das armas de combate à crescente desumanização do século". Não esconde dúvidas, quanto à sua aplicabilidade nas condições peculiares do Brasil. Realmente, se mesmo as soluções cooperativistas mais simples e rudimentares não encontram aqui condições propícias, parecem fora de qualquer cogitação expe-

riências mais arrojadas e “sofisticadas” dessa índole.

Será que, nessas condições, se justifica o lançamento — mesmo numa forma atraente, eloqüente e simpática — de uma idéia nebulosa e abstrata que não pode conduzir a nada, e que, fatalmente, desvia a nossa atenção das soluções sócio-econômicas de muito maior importância e urgência e de incomparavelmente maior probabilidade de êxito? — E. F.

CELSO FURTADO. *Formação Econômica do Brasil*. Editôra Fundo de Cultura S.A. Rio de Janeiro, 1959. 291 págs.

Houve tempo em que no Brasil todo o mundo precisava ter sido poeta. A poesia, evidentemente, nada tinha que ver com o fenômeno, uma vez que entre ela e os “poetas” punha-se uma distância absolutamente intransponível. Mas o “poetismo” era um sintoma da adolescência, como o primeiro cigarro e os primeiros fios de barba. E valia tanto como um e os outros.

Passaram-se os tempos; e numa idade de aviões a jato, de televisões e de teleguiados a poesia (a não ser nos domínios do “concretismo” e daqui a pouco do “concretismo armado”) não podia sobreviver, como hábito, como parte da vida, como obrigação social.

Morreram, assim, os “poetas” (que, é claro, só o eram nas páginas condescendentes dos jornaizinhos do interior, ou nos “serões” burgueses da literatura suburbana). Hoje, a coisa é outra. Como havia “poetas”, há hoje “economistas”. Tropeça-se nêles em todos os grupos de rua, em todos os des-

vãos de jornais ou de revistas, tão graves quanto efêmeras.

Quem não fôr economista, quem não falar em “conjunturas”, em “rendas *per capita*”, em “investimentos”, em “demanda e oferta”, em “metas” e “operações”, em “desenvolvimentismo” e “produtividade”, quem não fôr capaz de dizer, em gíria economista, barbaridades austeras, é tão insignificante como o eram, no século passado, os que não tinham “assassinado” pelo menos um soneto.

Claro é que, como a poesia ignorava, envergonhada, aqueles pobres poetas de águas açucaradas, hoje a economia “vomita” êsses economistas que por aí andam aos tram-bolhões.

Não se veja nessas observações um tom excessivamente crítico.

Como já se disse — com aparência de razão — que a hipocrisia é a última homenagem prestada pelo vício à virtude, poder-se-á alegar que êsses economistas quase analfabetos são um curioso — e confortador — sintoma da importância que a economia adquiriu, justamente, nesses atribulados tempos de “fome geográfica” que estamos vivendo. E, da mesma maneira que, na proliferação de mediocridades “poéticas”, surgia de repente, quase assustadoramente, um filho legítimo das musas, da epidemia de economismo que “constipa” a nossa gente, surge de vez em quando, melhor diríamos de raro em raro, um economista que sabe economia.

É êsse, sem dúvida, o caso do Sr. CELSO FURTADO.

Em primeiro lugar, é um autor que sabe ler (o que é raro entre os seus companheiros de profissão

que apenas ingerem os escritos sem os digerir). Andou por diferentes países (inclusive pelo Brasil, que é o que menos conhecem os nossos "conhecedores"). Pensou e refletiu, com a sua cabeça de "paraíba" inteligente, os problemas difíceis diante dos quais se viu. Fruto desse pensamento é a *Formação Econômica do Brasil* que a Editora Fundo de Cultura publica.

O livro vale ser lido.

Pretende ser, "tão-somente, um esboço do processo histórico da formação da economia brasileira". E por isso parte da primeira "ocupação econômica das terras americanas". E logo ao partir, afirma um dos fundamentos de toda a sua emancipação econômica, quando diz que essa ocupação "constitui um episódio de expansão comercial da Europa".

Estuda em seguida o aspecto "agrícola" que essa ocupação apresentou e que é um pouco excepcional na época e na América. *Brazil was the first of the European settlements in America to attempt the cultivation of soil*, cita FURTADO da *Cambridge Modern History*. Essa citação de fontes anglo-saxônicas é, aliás, um outro característico do autor.

Faz, depois, uma comparação com o que aconteceu nas colônias inglesas de povoamento acima do Equador, o que constitui também coisa de certo modo original, ao menos na forma insistente com que se apresenta no trabalho do Sr. FURTADO. E aí é interessante e faz pensar, o que diz sobre as Antilhas e sobre a repercussão que teve no Brasil a cultura do açúcar das ilhas.

Opõe ao fenômeno da ocupação progressiva e pouco densa do território, a necessidade de uma concentração das atividades econômicas que precisavam reduzir o seu raio de ação, para poderem sobreviver, especialmente naquele século XVII, que ao autor parece — e não cremos que tenha razão — o mais difícil na vida política do Brasil Colonial.

Adotando um esquema que hoje é clássico na seriação dos "ciclos" econômicos (o termo, que não é dele, FURTADO, é a nosso ver discutível), passa ao estudo da economia mineira — que procurou esmeraldas e encontrou diamantes e ouro. E liga esse "período" econômico ao regime de trabalho escravo no qual em parte magna se apoiou.

No século XIX — já que não podemos acompanhar *pari passu* todos os estágios do seu estudo — examina o que chama a transição de mão-de-obra servil para a mão-de-obra assalariada. E — um pouco sumariamente (ao menos para o nosso desejo de ver o problema, tão interessante, examinado por um espírito tão interessado) — procura sentir o fator que o imigrante europeu representou no desenvolvimento econômico do século XIX.

Contrapõe a esse afluxo de gente que veio das penínsulas da Europa, o que chama a "transumância amazônica", com o "ciclo da borracha", exagerando um pouco, segundo nos parece, o aspecto demográfico dessa migração (assim é que para atingir a casa das centenas de milhares de nordestinos que procuraram a Amazônia tem que se basear em dados censitários naturalmente fa-

lhós e que aumentam as populações nos censos mais recentes; e admite um crescimento vegetativo anual de apenas 1 %, o que acreditamos bem abaixo da realidade numa população tão prolífica).

Finalmente, depois de examinar o que chama a descentralização republicana (numa concepção, essa também, merecedora de discussão mais minuciosa), procura estudar, ligando-a de certo modo à crise cafeeira, a industrialização da nossa economia. Nessa também parecemos que o "bias" industrialista que, de tantas maneiras, vicia a visão dos nossos estudiosos contemporâneos, perturba um pouco a objetividade do autor.

Como se vê, pela rápida e perfunctória análise que procuramos fazer, a *Formação Econômica* é um livro que merece ser lido, meditado, discutido.

No chorrilho de lugares comuns, de mediocridade, de considerações primárias que inundam as nossas bibliografias de assuntos econômicos, o trabalho do Sr. FURTADO representa uma agradável e proveitosa exceção.

Seria, porém, incompleta essa nossa recensão (ou que outro nome tenha) se, de acordo com o modelo e a praxe, não juntássemos alguma crítica aos elogios com que tratamos a obra. E é certo que tem ela (e não poderia deixar de ter) falhas que devem ser apontadas, apenas com o intuito de colaboração e de estímulo.

Já se disse que todo mundo deveria ter a seu lado uma pessoa que discordasse sistematicamente de suas idéias: só assim essas se tornariam mais claras e escoimadas de imperfeições naturalíssimas.

É então nesse papel de *no-men* (que se opõe aos *yes-men* tão frequentes e tão inúteis) que vamos ensaiar alguns reparos.

Primeiro deles é o que se refere ao ponto de vista — ainda muito comum mas já ultrapassado por tantos estudiosos da história — de acordo com o qual o autor encara o problema da "formação" econômica do Brasil. Esse problema não pode ser olhado, como o é pelo Sr. FURTADO, exclusivamente sob o aspecto materialmente econômico. Tudo é tão misturado, ligado, interdependente na vida de um povo que há inúmeros fatores influenciando as forças que agem sobre a sua economia.

Logo de saída — como o assinalamos — declara o Sr. FURTADO que a "ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa"; e mantém esse tom livro à fora. Ora, há aí uma visão unilateral de um fenômeno muito mais complexo.

Quem quer que se dispa de pre-conceitos de qualquer espécie sabe que, se o homem se move impulsionado pelos móveis materiais de uma economia tão poderosa, têm nele outras (e mais desinteressadas) tendências. Não é possível que se negue a influência de um livro (um livro, sim) como a Bíblia, como *O Contrato Social*, como *O Capital*, na evolução política (e econômica) da humanidade.

E se a ocupação econômica das Américas está ligada a fenômenos de comércio, há nela também incontestavelmente o fruto de outras preocupações: mesmo aquelas que o poeta (mas os poetas vêem, às vezes, as coisas de um ponto-de-

-vista justo) que o poeta chamou "de um sonho heróico e brutal" dos navegantes audazes que partiam da península ibérica, cansados de suportar "sua altiva miséria".

Houve, sem dúvida, também, nessa marcha para o desconhecido, uma sede de apostolado, que, entre outros, os estudos recentes sobre Colombo tornam, a nosso ver, livres de dúvida.

Cremos, assim, que não é possível estudar a formação, qualquer formação, de um povo sem considerar os elementos espirituais que nela fortemente influem.

Um outro senão que a obra apresenta refere-se à bibliografia. O autor declara explicitamente que "omitii quase totalmente a bibliografia histórica brasileira" por "escapar ao campo específico do (seu) estudo". Parece-nos que essa omissão é uma falha. Cremos, por exemplo, que o SIMONSEN da admirável *História Econômica* — embora citado pelo Sr. FURTADO — deveria ser mais utilizado, sobretudo na documentação original que ele obteve e que é a riqueza maior do seu belo trabalho. Já o dizia maliciosamente AFRÂNIO PEIXOTO: "nem o citarão a SIMONSEN amanhã". É claro que a malícia não se aplica ao Sr. FURTADO, mesmo porque SIMONSEN aparece no seu livro. Cremos, contudo, que poderia ser mais aproveitado no seu beneditino trabalho pioneiro. Outro grande autor — diríamos o maior de todos no gênero — cuja presença repetida na *Formação Econômica* gostaríamos de encontrar é CAPISTRANO DE ABREU.

Ninguém melhor do que ele sentiu e penetrou toda a formação histórica do Brasil: e o que escreveu,

com uma fundamentação inexcedível (embora às vezes não aparente aos olhos de quem o lê) constitui sem dúvida elemento imprescindível e de maior importância em qualquer estudo histórico no Brasil.

Essas simples observações que fazemos — mais por obrigação crítica e como "provocação" ao autor — nada tiram do juízo que fazemos sobre o seu excelente e fundamentado trabalho. — P. S.

PAULO DE CASTRO. *Terceira Fôrça*. Editôra Fundo de Cultura S.A.. Rio de Janeiro, 1958. 267 págs.

O livro divide-se em duas partes. Na primeira, o autor expõe suas reflexões sobre a Terceira Fôrça entre os dois blocos mundiais. A segunda consta de depoimentos sobre Israel, Argélia, França, Iugoslávia e o nacionalismo árabe. Esta segunda parte, que tem um caráter mais analítico, revela o PAULO DE CASTRO crítico de política internacional conhecido dos leitores do *Diário de Notícias* e do *Mundo Ilustrado*.

Da primeira parte, que tem um valor muito mais sintético, emerge um novo PAULO DE CASTRO, num esforço de interpretação global de nosso mundo e do nosso tempo, apontando a solução do impasse histórico, que ameaça encalhar a humanidade: a Terceira Fôrça.

Ninguém tem culpa de se encontrar na crista de uma onda; de ser aquela célula viva na qual toda a imensa e surda aspiração da humanidade se torna consciência. A vocação de profeta pode assaltar o mais incauto e despretensioso crítico de política internacional.

Que é, afinal, a Terceira Fôrça? "É a afirmação do homem, dos seus direitos materiais, jurídicos e políticos, é a mensagem da memória coletiva da humanidade no tempo histórico, para que não morra, desapareça, ou possa aviltar-se..." (pág. 123). "Sua tabela de valores constitui uma opção axial e não uma preferência nos seus postulados; em qualquer situação, está, latente ou explícita, a recusa ao esmagamento do homem pelos fatores econômicos, políticos, religiosos, o repúdio à transformação do homem em simples valor instrumental" (pág. 127). "E a Terceira Fôrça é hoje o único meio (que é simultaneamente um fim) da realização do homem... a libertação proteiforme de tôdas as suas potencialidades históricas" (página 128), "encarna tôdas as grandes tradições libertárias da humanidade" (*ibid.*). "O que está em causa hoje e o que constitui a suprema preocupação da Terceira Fôrça é o destino do homem" (pág. 130) porque "a Terceira Fôrça é (e deve ser cada vez mais) um humanismo..." (pág. 131), ela "deve ter sempre presente que simboliza uma defesa cortical da seiva e que a seiva é o homem" (pág. 132).

Através de toda a sua história, a humanidade conservou sempre uma fibra intata, uma corrente nobre e pura, que nunca se deixou contaminar pelas diversas formas de tirania e de despotismo que tentaram sempre aviltar o homem. Hoje, segundo o autor, essa corrente é uma imensa caudal e uma imensa fôrça dispersa, que se desconhece, que se interpreta sob as formas mais diversas: revolução argelina, pacto de Bandoung, na-

cionalismo árabe, desvianismo iugoslavo, anti-entreguismo latino-americano, movimentos africanos de independência. Esta imensa fôrça ainda incoerente é represada hoje pelos dois grandes blocos: o imperialismo americano e o monolitismo russo. Chegou o momento histórico da Terceira Fôrça tomar consciência de sua solidariedade interna, romper todos os diques, todos os blocos, e afirmar-se em toda a sua potência, porque nela se concentra toda a esperança da humanidade.

Importa, antes de mais nada, relevar a nobreza dos propósitos que parecem animar o autor. Há em todo o livro uma nota de inconfundível sinceridade que o leva a condenar com o mesmo vigor tôdas as formas de despotismos que pretendem coibir o homem na sua própria realização. Isto não nos impede de formular, com igual sinceridade, os seguintes reparos.

Pela apreciação que o autor emite sobre a Igreja, parece-nos êle ainda cativo de categorias sumárias que já mereceriam uma revisão, principalmente por um espírito tão independente como o que se revela em tôdas as páginas do livro. A Igreja temporal para êle é "associada à sorte do capitalismo e cúmplice silenciosa da exploração imperialista" (pág. 130). A idéia que PAULO DE CASTRO se faz da Igreja parece-me profundamente influenciada pela sua experiência de uma cristandade precisa e histórica, contra a qual lutou na revolução espanhola. Ora, a bem da justiça, é oportuno lembrar que este tipo de cristandade não se identifica com a Igreja universal. Esta é anterior ao capitalismo e ao

imperialismo, levantou contra ambos o seu brado em momentos trágicos de sua história e em uma época em que ambos se desintegram, nunca revelou tanta vitalidade e tanta força interior de coesão.

O livro de PAULO DE CASTRO deixa duas questões fundamentais sem resposta: como haverá de se organizar a sociedade que nascerá sob o signo da Terceira Força? Não sob a forma de um capitalismo que já fez época, nem sob a forma do comunismo, que foi uma grande frustração das mais legítimas aspirações do homem. Sob que forma, então? Sob uma forma socialista; mas de um socialismo que "represente uma necessidade intrínseca do desenvolvimento das forças produtivas e da realização histórica de um povo" (pág. 129), já que o próprio "socialismo comporta elementos de alienação" (*ibid.*). Mas, quais são as garantias intrínsecas de que ele não tenda a evoluir, pela sua própria inércia, para uma forma de socialismo bastardo que "insere no momento social novas alienações e a inevitável tragédia do terrorismo"? (*ibid.*). Todas as formas históricas de socialismo, ao nascerem, não se pensavam como uma necessidade intrínseca de realização histórica de um povo? E quantas delas conservaram sua pureza de ideais? Quantas não se tornaram uma ilusão? É para o mesmo risco que o Sr. PAULO DE CASTRO deseja orientar a Terceira Força. Não condeno a tentativa porque acho, aliás, que é numa linha medial entre o capitalismo e o comunismo que passa a rota da esperança. Acho apenas que o pensamento do autor é incomple-

to neste ponto; esquivava-se a uma questão essencial.

A segunda questão sem resposta é a do destino do homem. O título do capítulo quarto é exatamente este: "A Terceira Força e o destino do homem". Mas qual é para o autor esse destino? É a realização do homem, "a libertação proteiforme de todas as suas (dos povos) potencialidades históricas". Mas, para realizar o homem é misturar antes saber o que é o homem, é preciso conhecer suas potencialidades. É uma terceira força que "é e deve ser cada vez mais um humanismo" (pág. 131), isto é, uma filosofia do homem, não pode declinar esta questão. O autor interpretará talvez minha insistência como uma implicância metafísica; mas não é; é um desejo de ver claro num ponto essencial. Realizar o homem será dar-lhe segurança, liberdade e bem-estar? Assim, mais ou menos, como realiza, por exemplo, a Suécia, onde se registram as mais elevadas taxas de suicídio? Estará tudo resolvido? Este homem, que intui sua vida como um movimento irreversível, estará plenamente satisfeito, sem atingir pontos de referência absoluta, que lhe desvendem o sentido do movimento em que está envolvido? Pretender ser um humanismo, e realizar o homem, sem abrir-se a esses problemas, parece-nos uma imensa ironia.

Na análise econômica, falta ao livro uma interpretação global das infra-estruturas dos países que estuda. Citar os *trusts* e monopólios um por um, não é bastante para dar a conhecer todas as suas implicações nas estruturas desses paí-

ses. Aliás, a análise ganharia em objetividade se, em vez de ser exclusivamente dominada pela idéia dos *trusts*, verdadeiros monstros do liberalismo, se formulasse em termos de interesses hegemônicos.

Com esta categoria conceitual, o autor teria um instrumento de análise para atingir um fenômeno muito mais amplo, que não entra exclusivamente na conta dos Estados Unidos. — F. B. A.

2. RESENHA

EMILE JAMES. *O pensamento econômico no século XX*. Coleção do Instituto de Estudos Políticos e Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Editora AGIR. Rio de Janeiro, 1959. 2 vols. 260, 342 págs.

EMILE JAMES, professor da Sorbonne e ex-vice-Presidente da Associação Internacional de Economia, pela sua longa prática de ensino e pela participação em numerosos congressos internacionais, tinha títulos sobejos para dar ao professor e ao estudioso de economia um livro que fazia falta.

O grande tratado de GIDE-RIST, admirável pela sua clareza e poder de síntese, termina precisamente na vertente que foi J. M. KEYNES, quando o pensamento econômico entrava na fase de sua evolução mais rica e tumultuada. Todo professor de doutrinas econômicas sentia-se temeroso de penetrar nesta vegetação exuberante. Cedía, em geral, à sedução de consumir grande parte do currículo em análises mais ou menos acadêmicas do pensamento econômico dos egípcios, dos gregos, da Idade Média, da velha guarda mercantilista e fisiocrata, reservando apenas algumas aulas para uma alusão precipitada ao pensamento moderno.

O presente livro é um guia seguro e exaustivo para o estudo das

idéias econômicas de nossos dias. Tem, ainda, a vantagem de reconstruir o contexto histórico e ideológico que propiciou o aparecimento de cada tendência ou corrente doutrinária.

PAULO DE OLIVEIRA. *Guia de Formação Social*. Coleção AEC. N.º 9. Editora AGIR. Rio de Janeiro, 1959. 103 págs.

O problema da formação social do educando é um de nossos problemas dos mais graves e dos que menos têm chamado a atenção dos educadores. É impossível criar verdadeira democracia, sem alto senso de colaboração de todo um povo. É este senso não se improvisa. Forma-se lentamente, desde os primeiros anos. O ensino primário, secundário e universitário tem, assim, uma prestação específica a dar à comunidade, inculcando nos alunos o senso social, como parte integrante de uma educação vital. Ora, infelizmente a educação que nossos alunos recebem, em todos os níveis do ensino, é muito mais de caráter competitivo do que à base de colaboração. É na emulação, mais do que na cooperação, que se buscam os motivos de sucessos nos estudos. O aluno é habituado a ver no outro mais o con-corrente do que o colaborador.

Por outro lado, se no ensino não se aproveitam tôdas as disciplinas para despertar o aluno à compreensão da realidade social, dos problemas sociais, da questão social e da responsabilidade de todos na sua solução, sai êle do currículo absolutamente despreparado para viver em democracia. Sai dos estudos impregnado de um liberalismo egoísta que o tornará incapaz de compreender o seu mundo na coletividade, qualquer que seja a posição que nela vier a ocupar.

O *Guia da Formação Social* vem oportunamente alertar os leitores para êste problema. Fornece ao educador e ao professor sugestões práticas para orientá-lo na formação social daqueles de que são responsáveis. É um primeiro ensaio, ainda com suas deficiências. Mas estamos convencidos que sua ampla utilização no ensino poderá contribuir para a criação de nova mentalidade social, e pressagiar dias melhores para nossa democracia.

JOSEPH S. ROUCEK. *Contemporary Sociology*. Philosophical Library. Nova York, 1959. 1.209 págs.

Êste alentado volume, elaborado com a colaboração de cinquenta e seis eminentes autoridades em sociologia de diversos países do mundo, tem por objetivo dar ao leitor uma idéia a mais completa possível sobre as grandes tendências da sociologia contemporânea, tanto na sua parte especulativa, como em suas aplicações.

Se um terço do volume é dedicado às tendências da sociologia

nos Estados Unidos, outro terço se ocupa dos vários outros países ou regiões: Inglaterra, França, Holanda, Escandinávia, Alemanha, Áustria, Espanha, Portugal, Suíça, Itália, América Latina, Rússia e países satélites, Japão, China, Índia, Indonésia, Oriente Médio, Israel, África e Canadá. Constitui, assim, um precioso repertório e um ponto-de-partida interessante para estudos regionais.

É lastimável, entretanto, que a parte teórica tenha um caráter fragmentário, pouco sistemático. Esta falha é responsável por omissões graves, por exemplo, quanto à sociologia jurídica, num livro que se dá o luxo de lançar uma "sociologia militar".

J. Y. CALVEZ e J. PERRIN. *Église et Société économique. L'enseignement social des Papes de Léon XIII à Pie XII (1878-1958)*. Coleção Théologie. Aubier. Paris, 1959. 600 págs.

A Igreja procurou sempre reivindicar certo direito de promover a melhoria das condições econômicas e sociais dos povos. Elaborou mesmo uma doutrina social em que assume posição ante os grandes problemas da época.

Os autores sistematizaram estas posições, fazendo um levantamento completo dos documentos e pronunciamentos dos últimos papas. Tiveram também o cuidado de fazer um estudo que situa os problemas e a doutrina no seu contexto histórico.

LUIGI CIVARDI. *Il nuovo ordine sociale*. 3.^a ed. Istituto Padano di

LIVROS E REVISTAS

Arti Grafiche. Rovigo, 1958. 184 págs.

Um grande defeito, freqüente em livros relativos à doutrina social da Igreja, é o de se ocuparem demasiado na crítica das soluções liberal e socialista da questão social, e não enfrentarem o aspecto construtivo do problema: qual a solução oferecida pela Igreja. Critica-se a organização da sociedade sob o signo do liberalismo e do comunismo, mas não se apresenta qual deva ser a sociedade organizada segundo os padrões da doutrina católica.

O livro de CIVARDI tem o mérito de se dedicar exclusivamente a este aspecto construtivo. Partindo

do princípio do primado do trabalho sobre o capital, examina os problemas atualíssimos da reforma agrária e da reforma da empresa. Analisa, a seguir, a sociedade estruturada nos moldes da organização profissional, que é sem dúvida a contribuição central da mensagem católica para a solução do problema social.

O livro é penetrado de intenso espírito católico, e conquanto se ressinta um pouco das condições italianas, reflete o interesse sincero do autor pela causa do povo: o autor é um sacerdote "que vem do povo e deseja servir à causa do povo".

3. LIVROS RECEBIDOS

Sociologia Geral

1. ERNEST GREENWOOD. *Experimental Sociology; a study in New York*. Morningside Heights, 1957. 7.^a ed. 163 págs.

2. MARION J., LEVY JR. *The structure of society Princeton*. Princenton University Press. 2.^a ed. 1956. 584 págs.

3. GEORGE SIMMEL. *Conflict. The Web of Group Affiliations*. The Free Press. Glencoe, Illinois, 1955. 195 págs.

4. NICHOLAS TIMASHEFF. *Sociological Theory — its nature and growth*. New York. Random House. 2.^a ed. 1957. 338 págs.

Sociologias Especiais

1. JEAN CHELINI. *La Ville et l'Eglise*. Premier Bilan des enquêtes de Sociologie Religieuse urbaine. Coleção Rencontres n.º 52. Les

éditions du Cerj. Paris, 1958. 364 págs.

2. GABRIEL LE BRAS e outros. *Sociologie et Religion*. Coleção: Recherches et Débats, Cahier n.º 25. Lior. Arthème Fayard. Paris. 1958. 204 págs.

3. DIRCEU LINO DE MATTOS. *Vinhedos e Horticultores de São Roque e Jundiá*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 1958. 194 págs.

4. *La Tierra y el Hombre*. Actas do 4.º Congresso Internacional Católico de la Vida Rural. Centro de Sociologia Religiosa. Santiago de Chile. 1957. 430 págs.

Economia

1. ROGER DEHEM. *Eléments de science économique*. Editions E.

Nanwelaerts. Louvain, 1957. 218 págs.

2. FRANCISCO IGLESIAS. *Introdução à Historiografia Econômica*. Estudos Econômicos, Políticos e Sociais n.º 11. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1959. 97 págs.

3. SIMÃO PEDRO CASASANTA. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Econômico*. Estudos Econômicos, Políticos e Sociais, n.º 6. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1959. 97 págs.

4. FERNANDO PEDRÃO. *Breve curso de desenvolvimento econômico*. Publicações da Universidade da Bahia. Salvador, 1959. 145 págs.

5. PINTO DE AGUIAR. *Fundamentos Objetivos e Bases do Mercado Regional Latino-Americano*. Publicações da Universidade da Bahia. Salvador, 1958. 246 págs.

Política

1. FÁBIO LUCAS. *Conteúdo Social nas Constituições Brasileiras*. Estudos Econômicos, Políticos e Sociais, n.º 14. Faculdade de Ciências

Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1959. 82 págs.

2. MANUEL RIBEIRO. *O Município na Federação*. Publicações da Universidade da Bahia. Salvador, 1959. 104 págs.

3. OLDEGAR FRANCO VIEIRA. *O Estado e a ordem econômica*. Imprensa Vitória. Salvador, 1958. 69 págs.

Introdução e Ensaios

1. HAROLDO VALLADÃO. *Paz, Direito, Técnica*. Livraria José Olympio Editôra. Rio de Janeiro, 1959. 431 págs.

2. ORLANDO GOMES. *Marx e Kelsen*. Publicações da Universidade da Bahia. Salvador, 1959. 87 págs.

3. THALES DE AZEVEDO, NELSON DE SOUZA SAMPAIO e A. L. MACHADO NETO. *Atualidades de Durkheim*. Publicações da Universidade da Bahia. Salvador, 1959. 112 págs.

4. ESTANISLAU FISCHLOWITZ. *Participação nos Lucros*. AGIR. Rio de Janeiro, 1959. 130 págs.